

'As contribuições deveriam ser legalizadas'

HELENA CHAGAS E ANA PAULA MACEDO

BRASÍLIA — Ao contrário de seus antecessores no cargo, o novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Paulo Brossard, não hesita em romper o silêncio habitual dos juizes para apontar deficiências da Justiça Eleitoral. Reconhece até sua impotência diante de confissões desconcertantes como as que ocorreram na semana passada, quando o empresário Paulo César Farias e o ex-secretário particular do Presidente Collor, Claudio Vieira, ad-

mitiram a existência de um "caixa dois" na campanha eleitoral de 1989.

— A lei diz que as despesas devem ser feitas através dos partidos. Pelo que eu conheço, não é assim que se faz. Os partidos não têm dinheiro. Quem tem dinheiro são as empresas, que são proibidas de fazer contribuição — diz Brossard, que acha muito difícil controlar as despesas de todos os candidatos ao mesmo tempo. Sua proposta: "As contribuições deveriam ser legalizadas".

O presidente do TSE não deixou de ironizar as declarações de PC Farias, que, em depoimento à

CPI que investiga suas atividades, disse que a legislação eleitoral brasileira é hipócrita:

— Essa é sempre uma boa maneira de não cumprir a lei...

Brossard aproveita para apontar deformações na utilização do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, que em sua opinião é, às vezes, "um tempo malbaratado".

Embora tenha sido no Senado um dos mais ferrenhos combatentes contra o regime militar, Brossard prega a volta de um instituto criado pelo autoritarismo: a fidelidade partidária. O ministro la-

menta que hoje não seja nem mesmo "papel feio" sair do partido pelo qual o político se elegeu.

— Só porque foi estabelecida no regime militar, a fidelidade passou a ser leprosa — afirma.

Apesar de defender algumas inovações na área legislativa, Brossard não acha que elas serão de terminantes para derrubar velhos hábitos ou moralizar as eleições. Na sua opinião, trata-se mais de uma questão de mentalidade, num país com grandes problemas sociais, do que de lei.

— A lei é muito fácil de se fazer. O papel agüenta tudo.

O GLOBO — A Justiça eleitoral tem instrumentos para coibir o abuso do poder econômico?

PAULO BROSSARD — A Justiça em geral é pobre. E a Justiça eleitoral é ainda mais pobre do que as outras. Vejam o seguinte: a começar do Tribunal Superior Eleitoral até lá embaixo, os juizes são todos emprestados pelos outros tribunais. No TSE há três ministros do Supremo Tribunal Federal, há dois ministros do Superior Tribunal de Justiça e há dois ministros da classe dos advogados. Quer dizer, todos eles são transitórios, todos eles passam. A organização é a mesma do tempo em que quase não se fazia eleições.

O GLOBO — É uma máquina meio emperrada?

BROSSARD — Ela é deficiente e pequena. Acho que o Tribunal terá que aumentar os seus quadros. Acho que o Tribunal precisaria de melhores recursos humanos para poder desempenhar melhor as suas atribuições ou desempenhar atribuições que lhe venham a ser dadas.

O GLOBO — O senhor citou a deficiência de estrutura e de pessoal. Este seria o único problema? Não haveria a necessidade de se rever a legislação?

BROSSARD — Sempre no Brasil a primeira coisa que se pensa é em fazer leis. Atribui-se tudo à lei. Eu acho esta tese discutível. Como cumprir as leis nem sempre é fácil, nós preferimos fazê-las em vez de cumprilas. A legislação tem falhas? Tem. Toda a legislação sempre tem aqui ou ali alguma lacuna.

O GLOBO — A lei é hipócrita?

BROSSARD — Esta opinião é a de um depoente lá da Comissão do Congresso (Paulo César Farias, que disse isso na CPI que investiga suas atividades). Essa é sempre uma boa maneira para não cumprir a lei.

O GLOBO — Mas o fato é que eles não cumprem a lei e confessam que tinham Caixa 2.

O GLOBO — Fica uma situação difícil de coibir?

BROSSARD — É que isso realmente não compete à Justiça eleitoral, compete aos partidos, a um comitê interpartidário julgar. A apreciação, a impugnação depende dos partidos. Agora, se eles não exercem devidamente uma atribuição que a lei os defere...

BROSSARD — Ai é que está. Agora eu lhe faço uma pergunta: é possível acompanhar as despesas dos candidatos? Já não falo hoje, que são 30 os partidos, mas mesmo quando eram em menor número. E depois há gastos que aparecem e outros que não

aparecem. Uma publicidade feita por jornal aparece. Em televisão aparece. Mas uma propaganda por via postal? E depois, outra coisa: vamos até admitir que haja má fé de alguém que faça uma propaganda em nome de outro candidato para prejudicá-lo. Depois faz a denúncia. Quer dizer, é uma coisa difícil.

O GLOBO — A principal dificuldade está na obtenção de provas? **BROSSARD** — Sem provas não se pode culpar ninguém.

O GLOBO — Uma lei regulamentando todas estas contribuições, permitindo doações, não seria uma saída?

BROSSARD — Olha, eu não sei. Também aí eu vou dar a minha experiência lá do Rio Grande. Quem é que pode dar dinheiro? E quem tem dinheiro. Segundo lugar, quem é que tem dinheiro? Pessoas físicas podem até doar. Mas não é regra. A nossa lei proíbe que empresa faça contribuição. Agora, deixando isso de lado, tem um outro problema. E que pelo menos até há pouco — hoje não sei, estou um pouco afastado — falando ainda sobre o Rio Grande, quando se tratava de um partido oficial, era fácil obter dinheiro. Agora, quando se tratava da oposição... Por que? Porque aquele que tinha dinheiro e que tinha boas relações, dava mas não queria aparecer. As contribuições no Brasil deveriam ser legalizadas.

O GLOBO — Não seria um erro colocar os próprios partidos fiscalizando uns aos outros?

BROSSARD — Qual é o interesse de um partido, que sofre inclusive uma ação, digamos, corrosiva de outro? E denunciar, não é?

O GLOBO — Mas parece que há uma espécie de pacto. Todos sabem o que cada um faz e burlam juntos.

BROSSARD — (Lê a conclusão da apreciação das contas da campanha eleitoral para a Presidência da República). "Informamos a Vossa Excelência que o Comitê Interpartidário de Inspeção, em reunião, concluiu, após o exame de todas as contas apresentadas, contra as quais não foi apresentada qualquer impugnação, por recomendar as suas aprovações por este Tribunal". Diante disso, o que o Tribunal vai fazer? Eu não creio que haja pacto ou acordo, mas acho que há, digamos assim, muita complacência.

O GLOBO — O senhor acha que há deformações no horário eleitoral gratuito?

BROSSARD — O problema do acesso ao rádio e à televisão, auxílio que o governo dá aos partidos e aos candidatos, também é complicado. Qual é



«Não há governo democrático que suporte 40 partidos. Governará como?»

o candidato que pode dispor de uma televisão? Conta-se nos dedos de uma mão. E caro. Agora, quando a lei deu aos partidos o acesso, eu considero um grande progresso, tanto que mencionei como uma das grandes aquisições. Mas o que temos visto? Um tempo bem usado ou às vezes um tempo malbaratado para dizer o mínimo dos mínimos.

O GLOBO — O senhor é favorável à volta da fidelidade partidária? **BROSSARD** — É evidente que sim.

Ou é fidelidade partidária ou então não é partido. Mas no Brasil, como a fidelidade partidária foi estabelecida no regime militar, passa a ser coisa de leproso. É como a advocatária, que entrou no pacote de abril. Quem falar em advocatária, leva pedra. Em vez de se saber se presta ou não, se convém ou não, se é útil ou não...

O GLOBO — Há a necessidade de uma lei para controlar isso?

BROSSARD — Nós andamos do zero ao infinito, do infinito ao zero. Nós

tínhamos 14 partidos no regime de 1946. O mal não estava nos 14 partidos. Estava no fato de que não havia partidos. Havia, sim, muitas legendas. Muito bem, foram extintos. Não porque tivessem defeitos, mas porque os dois maiores já tinham candidatos para a Presidência da República. Então a forma de eliminar as candidaturas era eliminar os partidos. Foram jogados fora 20 anos para resolver este problema. Com os dois partidos, o Brasil tinha virado a Inglaterra. Até tinha superado a Inglaterra porque lá há mais de dois partidos. Fizemos aquela experiência e o resultado foi formidável. Então o provisório passou a ser definitivo. Nunca vi tanta facilidade para a transformação, mas assim foi feito. Só que, como era inevitável, após algum tempo começou a virar e como só havia dois, tudo aquilo que não ia para um ia para o outro. Resultado, este aqui que originalmente era gordo, robusto, foi definhando. E aquele ali que era miserável começou a crescer e a engordar. Bom, foi o suficiente para se desfazer tudo. O doutor Pedro Aleixo lutou tenazmente para organizar um terceiro partido e não houve jeito. Agora hoje se organiza partidos assimrapidamente.

O GLOBO — Se for aprovado o parlamentarismo, como fica?

BROSSARD — Não é só o parlamentarismo. Não há governo democrático que suporte 40 partidos. Vai governar com quem? Este é um lado. Mas há também a fidelidade. Um sujeito que se elege por um partido e no outro dia passa para outro partido. Agora o que é grave: a sociedade tolera.

O GLOBO — O senhor reforça que é mais uma questão de mentalidade do que de lei.

BROSSARD — A lei é muito fácil de se fazer. O papel agüenta tudo. Veja só isto. Com 40 partidos não há funcionamento. Agora outra coisa, também. Um cidadão para ser candidato precisa estar filiado a um partido, ser escolhido em convenção, pode ser impugnado. Depois, um certo dia, registrado. Vem a eleição e ele é eleito. Todos dizem que a Justiça eleitoral funcionou e etc. E enfim ele recebe o diploma. Naquele dia ele pode passar para outro partido. E não acontece nada. A Justiça fez tudo aquilo para garantir a verdade do voto, para assegurar a representação proporcional e ele vai embora. O partido elegeu dez e acabou com cinco. Um que não elegeu nenhum passa a ter seis, mais do que o outro. Onde fica a representação proporcio-

nal que a Constituição diz que é princípio a ser observado?

O GLOBO — Na semana passada, o TRE de Alagoas concluiu o recadastramento no estado e detectou que há 500 mil eleitores a menos do que nas eleições presidenciais. **BROSSARD** — Eu ainda não recebi a informação oficial. Mas, veja o seguinte. Eu não sei quanto a nação pagou para fazer o recadastramento de todo país, que foi realizado há dois, três anos. Custou muito dinheiro. E será que tudo aquilo não tem mais valor? O que eu gostaria era de saber, de descobrir e cobrar dos que fizeram isso, não é? Pelo menos o custo do recadastramento.

O GLOBO — Todas as providências para as eleições municipais já foram tomadas? O TSE baixou portaria para o horário eleitoral gratuito?

BROSSARD — Já está tudo pronto. Mas há outra questão. Vamos admitir que os 35 partidos — 20 definitivos e 15 provisórios — que podem participar das eleições apresentem candidatos. Que alguém descubra uma maneira de dividir o tempo no rádio e na televisão. Vamos supor 20 partidos participando. Cada um poderá apresentar 120 candidatos. Que tal? Eu gostaria de ver o presidente destes partidos partilhando o tempo entre os candidatos. Há certos problemas que decorrem de deficiências legais, mas outros independem.

O GLOBO — E dependem de que?

BROSSARD — Eu falei isso no Senado por mais de uma vez. O autoritarismo destruiu a autoridade, deformou. As pessoas têm medo de exercer a autoridade e serem taxadas. Eu experimentei isto no Ministério da Justiça. Cumpri a lei. Se a lei era antiga, então, nem se fale. Eu cheguei a perguntar mais de uma vez: qual é a idade da lei que a gente pode respeitar e depois não precisa mais obedecer? O Código Civil já tem quantos anos? Está em vigor ou não? Sem falar no Código Comercial... Há problema de lei, de justiça, mas há outros componentes que escapam: os sociais. E com um agravante. No Brasil, coisas que acontecem num lugar não acontecem em outro. Na primeira vez que eu falei no Senado, o senador Passarinho falou em mapismo. Eu disse que não conhecia, que para mim era neologismo. Então o problema não é singelo porque as componentes são por demais variadas. A generalização é muito perigosa.